

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA
PARA A INSERÇÃO DOS EDUCANDOS DA EJA
NO MERCADO DE TRABALHO**

Maria Veroza (IDM)¹
lessaluisa@yahoo.com.br

RESUMO

É imprescindível o uso de uma língua como meio de comunicação humana. É por meio dela que as pessoas expressam sentimentos, atos, conhecimentos. Sendo assim, o *corpus* do presente artigo trata da importância do domínio da norma culta da Língua Portuguesa para a aquisição de uma vaga no mercado de trabalho, na visão de professores e alunos da EJA, na escola João Paulo II, em Rio Branco, Acre. A pesquisa ampara-se no método qualitativo, com a utilização de dois questionários, os quais revelaram ser domínio da norma culta da Língua Portuguesa decisivo à aquisição de vaga no mercado de trabalho. Assim, compreende-se a linguagem e a educação são fios que se cruzam no mundo do trabalho, elos inseparáveis sem os quais as ciências e os saberes não se traduzem. Por isso se diz que os usos da linguagem se organizam em práticas sociais, mais ou menos estabelecidas, disciplinadas e institucionalizadas. O pouco caso a esse mundo do conhecimento acarreta dificuldades aos profissionais na inserção ao mercado de trabalho, conforme apontam os resultados alcançados no universo dessa pesquisa.

Palavras-Chave: Língua Portuguesa, Norma Culta, Mercado de Trabalho.

INTRODUÇÃO

A história da humanidade passa por fases, momentos de fulgor em determinadas áreas do conhecimento humano. Houve um tempo em que as grandes empresas prestigiavam empregados com maior conhecimento em Língua Inglesa. A Língua Francesa também viveu tempo de apogeu. Todavia, à medida que o mundo evolui, às necessidades do mercado de trabalho ganham novas dimensões. É importante conhecer outros idiomas. Mas é fundamental, ao trabalhador atual, talvez mais do que antes, possuir bom domínio de sua língua nativa.

¹ Trabalho resultante de monografia de pós-graduação apresentada à Profa. Dra. *Luísa Galvão Lessa* (IDM/UFAC).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Hoje, as empresas perceberam o grande equívoco em exigir o domínio de uma língua estrangeira para o candidato a uma vaga no mercado de trabalho, relegando para segundo plano o domínio na língua pátria. Nenhum profissional poderá ser bem sucedido quando não é capaz de se expressar eficientemente em sua língua nativa. E, apesar de saltarem aos olhos, no momento de uma entrevista de trabalho, o pouco domínio do padrão culto da língua, como grandes inimigos, também se agigantam as dificuldades que têm às pessoas em articular o pensamento de maneira clara, precisa, coesa. Então, dominar a língua pátria tornou-se um desafio do mundo do trabalho. No Brasil, essa realidade se assemelha a de outros países.

O processo educacional de hoje privilegia a norma de bem falar e bem escrever a língua pátria. Isso para qualquer campo do saber, posto que nenhuma ciência, nenhum ofício se expressa por outra forma que não que não seja pela linguagem. E o mundo do trabalho elege o bom domínio da língua pátria como requisito prioritário ao sucesso profissional e, conseqüentemente, à obtenção de uma vaga no mercado de trabalho.

Na leitura de artigos, resenhas, dissertações, ensaios sobre o assunto, percebe-se que a mídia nacional aborda o padrão culto da língua como um fator de seleção, tendo em vista o bom currículo dos candidatos às vagas de trabalho no mercado brasileiro. Assim, o domínio insuficiente do padrão culto da língua portuguesa tem elevado o índice de reprovação desses candidatos. Por vezes esse índice, em algumas empresas, tem alcançado o assustador patamar de 70%. A Revista *Veja*, uma das mais conceituadas do país, em reportagem no ano de 2007 (12 /09/07, p. 89), afirma o seguinte “Nas grandes corporações os testes de admissão concedem à competência lingüística dos candidatos, muitas vezes, o mesmo peso à aptidão para trabalhar em grupos.”

Dessa forma, torna-se evidente que a inserção no mercado de trabalho não depende tão somente de conhecimentos técnicos, mas, também, do bom domínio da Língua Portuguesa. As empresas ajustam às necessidades funcionais à fluência do empregado na língua nativa. Este deverá saber adequá-la, segundo as situações de uso. Há empresas que solicitam, como testes, a conjugação de verbos, outras fazem ditados de palavras da língua portuguesa e até mesmo da lín-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gua inglesa. Todavia, a grande maioria delas pede mesmo é a elaboração de uma redação, como acontece nos concursos públicos. É na expressividade escrita que será avaliada a capacidade crítica e reflexiva da pessoa, perante os fatos da vida ou linhas de pensamento teórico.

Não há dúvida de que a produção de um texto é, de fato, uma excelente forma de se avaliar um candidato à determinada vaga de trabalho. Pois além dos aspectos gramaticais é possível verificar se ele conhece os mecanismos de coesão, coerência, além dos elementos estruturais que compõem a tipologia de um texto. Pois esses elementos são capazes de demonstrar o grau de conhecimento que uma pessoa possui do idioma, além de denotar a capacidade crítica, criativa, reflexiva, em face de situações contextualizadas, capazes de denotar o domínio que possui o utente da língua vernácula.

Feitas essas considerações preliminares, deixa-se claro a importância da pesquisa aqui proposta, que é verificar através de uma pesquisa qualitativa, no meio escolar, qual disciplina é prioritária para a inserção de profissionais no mercado de trabalho. Saber qual a variante linguística mais valorizada atualmente, como também os métodos avaliativos pelos quais os educandos passam em processos avaliativos, na visão de professores e alunos do Ensino Médio da EJA (Educação de Jovens e Adultos) da Escola João Paulo II.

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS: A EJA E O MUNDO DO TRABALHO

Neste tópico, ressalta-se a importância do tema proposto no artigo, que irá desvelar, através de pesquisa qualitativa, método inquiridor, a variante linguística mais valorizada por estudantes e professores da EJA, na escola João Paulo II. Indagam-se, para um universo de doze alunos e seis professores do Ensino Médio, quais os requisitos fundamentais ao preenchimento de uma vaga no mercado de trabalho. Para se alcançar resultado fidedigno optou-se pela Pesquisa de Campo, com a utilização de dois modelos de questionários, cada um contendo seis perguntas. As indagações dizem respeito à importância da Língua Portuguesa na inserção de profissionais no mercado de trabalho.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Os dados colhidos, na rede de pesquisa, serão computados e representados por gráficos e tabelas, propiciando maior visibilidade dos resultados alcançados. Que eles possam vir a comprovar a hipótese principal, qual seja: a importância do domínio do padrão culto da Língua Portuguesa para a inserção de profissionais no mercado de trabalho.

Desse modo, considerando que os educandos da EJA são, na sua maioria, jovens e adultos trabalhadores, e que respondem pelas principais funções da EJA – reparadora, equalizadora e qualificadora – não poderiam ficar fora da discussão sobre a importância da Língua Portuguesa para a inserção desses educandos no mercado de trabalho. É uma modalidade cujo princípio básico fundamenta-se na inclusão social. E esta se faz pela oportunidade de o ser humano adquirir formação institucionalizada, ter um trabalho digno, que gere renda e possibilite o sustento da família e, conseqüentemente, enseje uma vida digna.

Como a EJA é uma modalidade de ensino que visa à formação integral de pessoas, para o pleno exercício da cidadania, bem como para oportunizar a inserção no mundo do trabalho, evidencia-se, assim, sua importância social e educacional. Ademais, a EJA propicia aos alunos o acesso aos bens culturais acumulados pela humanidade, ao longo da história. Dentre eles o domínio da língua materna, para que estes a utilizem de forma correta, na busca de melhores condições de vida, exercendo, assim, a cidadania plena, de fato e de direito. Segundo Vieira e Alves (1995, p. 14, *Apud* Ribas, 2005, p. 53) “o mercado de trabalho valoriza o trabalhador possuidor de um grau de instrução mínimo que lhe permite estar continuamente aprendendo e entendendo as mudanças tecnológicas da sua função.”

Das leituras empreendidas, à feitura deste artigo, percebeu-se ser importante, para a cidadania de qualquer pessoa, ter um trabalho. Entretanto, para uma pessoa ingressar no mercado de trabalho alguns requisitos é essencial, como ter conhecimentos em informática, manter bom relacionamento com os clientes e ser capaz de resolver problemas. Também, a boa expressividade, oral e escrita, aumenta as chances de obtenção de vaga de trabalho, além de ser garantia ao sucesso profissional. É como afirma reportagem da Revista Veja (12/09/2007, p. 88)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dominar a norma culta de um idioma é plataforma mínima de sucesso para profissionais de todas as áreas. Engenheiros, médicos, economistas, contabilistas e administradores que falam e escrevem certo, com lógica e riqueza vocabular, tem mais chance de chegar ao topo do que profissionais tão qualificados quanto eles, mas sem o domínio da palavra.

E por que é importante manejar bem o idioma pátrio? Porque o ser humano vive numa sociedade letrada, que exige o domínio da língua escrita. Então, se alguém quiser investir numa carreira profissional, deve desenvolver a capacidade de bem falar e bem escrever o seu idioma nativo. Essa tarefa não é algo impossível, todos podem aprender a escrever bem, não é questão de sorte ou talento. Não se trata de aprender a ser poeta ou escritor – não se fala de literatura, que exige outras qualidades de quem escreve – trata-se de pessoa comum, que deseja se expressar de modo claro, correto, tanto num relatório de trabalho, como numa correspondência comercial, trabalho de faculdade, redação para o vestibular, entrevista de emprego. Para esses casos, claro, é possível aprender, em pouco tempo, as técnicas básicas da boa escrita. Depois, é praticar e ler com atenção para ver como as outras pessoas elaboram seus textos e se expressam com elegância e correção.

No mundo atual, onde a comunicação é ferramenta indispensável, expressar-se bem em sua própria língua é um requisito indispensável ao sucesso profissional. Segundo Vicentini (1997, p. 147), “precisa-se a cada dia de menos trabalhadores, porém de profissionais mais qualificados”. Isso mostra que já passou o tempo em que estudar português era apenas uma tarefa escolar. Hoje é questão de sobrevivência no mundo globalizado. Quem se expressa com desenvoltura e correção ganha espaço, em detrimento daqueles que não possuem a mesma habilidade. É o mercado que seleciona os melhores profissionais.

A norma, à luz dos teóricos

O artigo não tem a pretensão de abordar os inúmeros aspectos envolvidos nas questões de língua, linguagem e norma. Objetiva apreciar, à luz dos teóricos, questões ligadas diretamente ao mercado de trabalho, em especial quando este privilegia, nos seus empregados, um padrão linguístico, aquele denominado ‘culto’, que os utentes de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

uma língua devem conhecer. Caminha-se tão somente no sentido de trazer modesta contribuição para subsidiar a questão da valorização do uso lingüístico de maior prestígio social. Pois, numa sociedade de grandes diferenças e extratificação sociais, como a brasileira, o domínio da norma padrão da língua tornou-se sinônimo de *status quo* de poder. “A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos,mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos”.(Bourdieu, *Apud* Sena, 2001, p. 27). Devido a isso, a língua é imprescindível para a troca de um emprego por outro e também para se ocupar os cargos com melhores remunerações.

Para enfatizar o valor da linguagem, na vida social, reflete-se, inicialmente, o conceito de norma, na visão do lingüista romeno Eugênio Coseriu (1979), que propôs um acréscimo à dicotomia saussuriana. Sua tricotomia vai do mais concreto – fala uso individual da norma - ao mais abstrato, que é a língua, sistema funcional, passando por um grau intermediário: a norma, ou seja, uso coletivo da língua. Em outras palavras, há realizações consagradas pelo uso e que, portanto, são normais em determinadas circunstâncias lingüísticas, previstas pelo sistema funcional.

Logicamente é essa norma que o falante se prende, de forma imediata, conforme o grupo social do qual faz parte e a região onde vive. A norma seria, assim, um primeiro grau de abstração da fala. Considerando-se a língua (o sistema) um conjunto de possibilidades abstratas, a norma seria então um conjunto de realizações concretas e de caráter coletivo da língua.

A norma são modelos abstratos não manifestações concretas, e representam obrigações impostas numa dada comunidade sócio-lingüístico-cultural. Inclui elementos não relevantes, mas normais na fala dessa comunidade. Dessa forma, se constitui como realização coletiva, tradição, repetição de modelos anteriores, estabelecendo códigos e sub-códigos para diferentes grupos de uma mesma sociedade. A pesar de a norma ser convencional e opcional, torna-se uma opção dentro de um grupo a que pertence o falante. Preserva seus aspectos comuns e elimina tudo o que, na fala, é inédito, individual.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

De outra parte, considera-se, também, que a imposição da chamada *norma culta*, em detrimento de outras normas, configura a perda da identidade de um determinado segmento social. Com isso, não se consegue uma compreensão mais completa dos fatos lingüísticos permitidos pelo sistema que oferta uma língua. Ao mesmo tempo, deixar de ministrá-la impede-se o acesso de uma pessoa a um estrato social considerado superior e impede, também, seu acesso à tradição cultural escrita. Num caso e no outro, há prejuízo no desenvolvimento da competência comunicativa e, conseqüentemente, insucesso no mundo do trabalho.

Deseja-se, com esse trilhar teórico, demonstrar, ao mundo educacional da EJA, que ele não pode prescindir do ensino vernacular, inculcando nos estudantes a importância do idioma pátrio no sucesso de profissões e ofícios. Escuta-se de muitos professores, das mais diversas áreas do conhecimento, que a grande dificuldade dos alunos não é propriamente com a matéria em si, mas com os enunciados que eles não sabem decodificar para traduzi-los à luz da competência das disciplinas. E, se assim se passa no universo escolar, acontece, também, com a vida das pessoas fora da escola.

Em face da necessidade de se conhecer mais e profundamente uma dada língua, é importante saber que ela possui variantes (ou subcódigos) dentro de um mesmo domínio lingüístico. Segundo Coseriu (1979), essas variantes são de dois tipos principais: *diatópicas* (variantes ou normas regionais) e *diastráticas* (variantes culturais ou registros).

As variantes diatópicas caracterizam as diversas normas regionais existentes dentro de um mesmo país e até dentro de um mesmo Estado, como o falar gaúcho, o falar mineiro, o falar acreano, carioca etc. Por exemplo, “cair um tombo”, no Rio Grande do Sul; “levar um tombo”, no Rio de Janeiro. Enquanto as variantes diastráticas, intimamente ligadas à estratificação social, evidenciam a variedade de diferenças culturais dentro de uma comunidade e podem subdividir-se em norma culta, padrão (ou nacional), norma coloquial (tensa ou distensa) e norma popular (também chamada de vulgar).

Da mesma forma que uma língua ganha feições próprias para traduzir grupos regionais e culturais, também aponta padrões de uso dentro da pirâmide social. São esses registros de usos que a gramáti-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

ca consagrou como norma lingüística. Ela não é uma, porque a sociedade também não é. Assim, têm-se as seguintes normas:

a) A *norma culta* - a modalidade escrita empregada na escola, nos textos oficiais, científicos e literários. Baseada na tradição gramatical é a variante de maior prestígio sociocultural;

b) A *norma coloquial* - aquela empregada oralmente pelas classes médias escolarizadas. Viva e espontânea, seu grau de desvio em relação à norma culta pode variar conforme as circunstâncias de uso;

c) A *norma popular* - caracteriza a fala das classes populares semi-escolarizadas ou não-escolarizadas. Nessa modalidade, o desvio em relação à norma gramatical é maior, caracterizando o chamado “erro”.

Há para considerar, também, as variantes diafásicas, que dizem respeito aos diversos tipos de modalidade expressiva, como familiar, estilística, de faixa etária etc.

É dessa forma que Coseriu (1979) define o sistema lingüístico como um conjunto de liberdades e de possibilidades que se abrem para um falar compreensível numa comunidade, colocando como secundário o caráter de imposição. E, ao ressaltar o papel da norma, para o uso da linguagem, diz (1979, p. 74) “*mais que impor-se ao indivíduo, o sistema se lhe oferece*”. A norma, por sua vez, como conjunto de realizações obrigatórias, consagradas e compartilhadas dentro dessa mesma comunidade de falantes, assumiria um papel de tirano, de restrição.

O sistema é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados de um falar compreensível numa comunidade. A norma, em troca, é um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente. Não corresponde ao que se pode dizer, mas ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada. O sistema abrange as formas ideais de realização d’uma língua, enquanto a norma, em troca, corresponde à fixação da língua em moldes tradicionais. E, neste sentido, precisamente, a norma representa a todo o momento o equilíbrio sincrônico – externo e interno – do sistema lingüístico.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Vê-se, então, de tudo que aqui se afirma, que o pensamento e a vida estão mais ligados à linguagem do que em geral o falante supõe. A força viva da palavra não só transmite, mas até mesmo gera e preserva, em interação dinâmica, o que se pensa e se sente, ou seja, aquilo que se pode pensar e sentir. Sem a palavra, a percepção da realidade se torna confusa ou nem sequer chega a ocorrer.

A linguagem em Mikhail Bakhtin e Paulo Freire

Mikhail Bakhtin (1986) e Paulo Freire (2001) concebem a linguagem como essencialmente dialógica. Suas idéias sobre o homem e a vida são marcadas pelo princípio de que a interação entre os sujeitos é o princípio fundador tanto da linguagem como da consciência. O sentido e a significação dos signos (amplamente entendido como sons, gestos, imagens, palavras e silêncio) dependem da relação entre sujeitos e são construídos na interpretação dos enunciados. Nessa perspectiva, o centro da interlocução deixa de estar polarizado entre o eu e o tu – emissor e receptor – passando a estar inserido num movimento dialógico na comunicação em torno do significado.

Em última análise, significa reconhecer que o interagir é mais do que simplesmente enviar e responder mensagens. É entender emissão e recepção como espaços recursivos, já que emissor e receptor passam a fazer parte de um processo de relações interligadas por fios dialógicos. Tais relações são sempre relações em processo, isto é, estão sempre se confrontando, fazem-se e desfazem-se, constroem-se e desconstroem-se, em jogos simultâneos, dinâmicos e dialógicos.

Assumir essa ótica na educação gera desafios. No campo educacional, tradicionalmente a comunicação tem apresentado um caráter linear, impositivo e monológico. Para Bakhtin, monologia é a qualidade dos discursos autoritários em que um único sentido sobressai, impedindo que os demais venham à tona. As partes são dicotomizadas em emissor (propositor da mensagem) e receptor (receptáculo acrítico do primeiro). Na prática, percebe-se que o diálogo restringe-se a um plano inferior de detalhamento ou esclarecimento de discursos prontos, oriundos de um único emissor, e a língua passa a ser um instrumento de reprodução do sistema de dominação vigente.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Na perspectiva de Freire, para que o diálogo realmente aconteça é condição que os sujeitos tenham um campo de significados em comum. “Em relação dialógico-comunicativa, os sujeitos interlocutores se expressam, como já vimos, através de um mesmo sistema de signos linguísticos” (Freire, 2001, p. 67).

Ademais, Freire (1987) critica o monologismo da comunicação, quando afirma que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção. Para ele ensinar exige criticidade e respeito à autonomia do ser do educando. Caso contrário, serão feitos comunicados, extensão e invasão cultural, e não uma verdadeira comunicação. Para Freire (2001), o homem é um ser de relações, que, desafiado pela natureza, transforma-a com seu trabalho, criando o mundo da cultura. E ao criar o mundo do trabalho e da cultura ele se percebe, historicamente, imerso na contradição opressor-oprimido, advindo daí a necessidade de sua superação.

É impossível, na perspectiva freiriana, compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. Em vista disso, a educação é concebida como um ato político e de comunicação – e não de extensão – pois a comunicação “implica uma reciprocidade que não pode ser corrompida” (Freire, 2001, p. 67). Comunicação é educação, é diálogo, “na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 2001, p. 69).

Na visão de Freire, a educação está inserida na sociedade e não descolada e reduzida a uma função capitalista de mero treinamento/ajustamento para o trabalho. O capitalismo faz uma educação do tipo “bancária”, que representa “a inconciliação educador-educandos”. Sob essa ótica, a educação serviria para auxiliar o processo de transformação, de mudança.

Assim, a mudança também se dá a partir do campo da consciência e, mais precisamente, da linguagem. No livro *Pedagogia do Oprimido*, Freire coloca que: “Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles um novo pronunciar” (Freire, 1987, p. 78).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dizer a palavra – que é também trabalho, é práxis, é transformação do mundo – não é privilégio de alguns, mas direito de todos. É por meio de um autêntico diálogo amoroso, crítico e reflexivo que se dá o processo de conscientização e de humanização, fim último da educação, que, para Freire, ocorre quando o ser humano, distanciando-se de seu mundo vivido, problematizando-o, decodificando-o criticamente, no mesmo movimento da consciência, redescobre-se como sujeito instaurador do mundo e de sua experiência.

Contudo, a conscientização não significa dissertar sobre conteúdos e doar aqueles saberes que nada têm a ver com os anseios, desejos, necessidades, esperanças e temores do povo. Para que haja uma comunicação real e não alienadora entre educador e educando é necessário que se estabeleçam, de comum acordo, aqueles conteúdos (temas geradores) que serão trabalhados; e esse processo investigativo implica uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora.

Nessa perspectiva, Freire considera essencial que o educador dialógico, atuando como membro de equipe interdisciplinar, contribua para problematizar esse universo temático recolhido na investigação, ao invés de simplesmente devolvê-lo como dissertação aos homens de quem o recebeu. Em vista disso, critica o elitismo das lideranças sobre as massas oprimidas, mesmo em situações ditas revolucionárias, pois não é revolução o que na prática se configura como dominação. Para ele, uma liderança que não é dialógica estará mantendo o “dominador” dentro de si mesmo, como uma sombra.

Bakhtin (1986) aprofundou os estudos sobre a relação entre infra-estrutura e superestrutura por meio da linguagem e da consciência. Para ele, ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos bens de consumo, “existe um universo particular, o universo dos signos” (Bakhtin, 1986, p. 32). Por sua vez, um signo “não existe apenas como parte de uma realidade. Ele também reflete e retrata outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico” (Bakhtin, 1986, p. 32).

A partir dessa premissa, resta perguntar: de onde vem o ideológico ou o signo? Para Bakhtin (Bakhtin, 1986, p. 36), “a consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No entender de Bakhtin, a palavra é concebida como signo e, como tal, deve ser percebida como originária da relação social, e está presente em todos os atos de compreensão e de interpretação. Dessa maneira, como os signos mediam a relação do homem com sua realidade – como material semiótico de sua consciência –, toda atividade mental do sujeito pode ser expressa sob a forma de signos, exteriorizando-se por meio de palavras, mímica, ou outro meio, decorrente do discurso interior.

O discurso não é individual, ocorre entre interlocutores. A linguagem não é falada no vazio, mas numa situação histórica concreta, em que se interpenetram a enunciação, as condições de comunicação e as estruturas sociais, nas quais seu significado se realiza – nas e pelas interações entre sujeitos. Essa tentativa de compreender as relações linguagem e sociedade, num complexo diálogo entre a existência e a linguagem, o mundo e a mente, o que é dado e o que é criado, o mundo da experiência em ação e a representação do mundo no discurso. Fato que possibilita compreender a impossibilidade de uma formação individual sem alteridade, numa evidência da presença do outro na delimitação do mundo interior.

O mundo do trabalho

Com o advento do crescimento da tecnologia, parte da mão-de-obra humana foi substituída pelas máquinas, gerando mais desemprego, competitividade e, conseqüentemente, mais exigência de qualificação profissional. Pois até a I Revolução Industrial as pessoas aprendiam uma profissão apenas vendo outras trabalharem. Elas precisavam estudar para aprender um ofício. Foi a partir da criação das máquinas que os artesões não conseguiram mais fazer produtos que competissem, com equidade. A partir de então, abandonaram seus ateliês em busca de emprego nas indústrias. Com isso, “torna-se necessário falar e escrever em um idioma comum (a língua oficial da pátria, isto é, do Estado-Nação) e saber, no mínimo, aritmética para se trabalhar com dinheiro e economia de mercado” (Vicentini, 1997, p. 147).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Após a implantação do modelo japonês², o qual tem como princípio produzir mais em menos tempo, utilizando o mínimo de trabalhadores, afunilou-se, cada vez mais, a quantidade de vagas disponíveis no mercado. Este passou a exigir trabalhadores ainda mais qualificados, porque precisavam conhecer “todos os aspectos da produção, como a fabricação, a manutenção, o controle de qualidade e a gestão da produção” (Pacheco, 2007, p. 15). Esse novo momento exige dos profissionais habilidades não só técnicas, mas em diversas áreas, eles precisam pensar, agir e, principalmente, se comunicar com agilidade, precisão. Para tanto é mister que dominem bem a língua materna, já que esta possui suas especificidades para cada situação de uso e contexto. É por meio dela que serão produzidos os textos: relatórios, *e-mails*, atas, listas de compra e de venda de produtos e serviços, elaboração de projetos.

Compreende-se que todos os empregados são responsáveis pelo sucesso ou insucesso da empresa. “O que interessa ao empresário é menos um trabalhador qualificado, no sentido de especializado, e mais competente, no sentido capaz de pensar e agir criticamente” (Pacheco, 2007, p. 52). Sendo assim, aqueles que não têm habilidades linguísticas, para se comunicar com rapidez e segurança, serão excluídos do mercado de trabalho. É uma realidade que afirma a *folha de São Paulo* (25/2/90, *Apud*, Gerald, 1996, p.35)

A dificuldade em dominar o léxico e as estruturas da língua se reflete inexoravelmente em sua capacidade de compreensão, de raciocínio de trabalho e em seu comportamento social. Numa palavra, limita a sua autonomia individual ao mesmo tempo em que estreita violentamente o seu acesso a todo tipo de oportunidade desenvolvimento pessoal.

Descortina-se, nesse panorama, a importância para que os educandos EJA conheçam a língua pátria e suas especificidades, sob pena de ficarem à margem do processo social, como aconteceu com tanta gente, estudantes que hoje procuram recuperar algo que se perdeu no tempo, quando deixaram os bancos escolares e se vêm excluídos do mercado de trabalho.

² Toyotismo pode ser tomado como a mais radical (e interessante) experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Análise dos dados

A análise dos dados se deu pela leitura rigorosa dos questionários aplicados aos professores e alunos, em escola da EJA João Paulo II, na capital do Acre, Rio Branco, onde se constatou que dentre as disciplinas da grade curricular, a Língua Portuguesa é considerada prioritária à inserção de profissionais no mundo do trabalho, visto que as empresas exigem funcionários qualificados. Dentre as qualificações exigidas está o emprego adequado da língua, seja no atendimento ao público, na produção de um relatório e até mesmo durante a seleção - o candidato deve responder oralmente a uma série de perguntas no momento da entrevista, resolver provas objetivas, ditado de palavras. Foram esses os métodos avaliativos pelos quais os educandos disseram ter passado durante processos avaliativos para a aquisição de emprego. Também foram exigências: compreensão de texto e de enunciados das questões propostas. Isso sem contar com a redação, onde é cobrado o domínio de elementos constitutivos do texto e aspectos gramaticais. Dessa forma, fica evidente que dominar a norma culta faz muita diferença numa entrevista ou prova para aquisição de vaga no mercado de trabalho. Mais de 70% da pontuação está centrada no domínio da Língua Portuguesa, na feição oral ou escrita.

Em relação ao domínio da variante padrão, constatou-se ser ela decisiva para a inserção de profissionais no mercado de trabalho. É nesse padrão que são preparadas as provas, em todos os campos do conhecimento. E considerando que todo processo seletivo tem um tempo de realização, ou seja, o candidato tem no máximo quatro horas para ler, responder inúmeras questões, aquele que possui maior habilidade de leitura³ e produção textual leva vantagens em relação aos demais. Conforme Rossi-Landi (1985) a língua é como ter dinheiro no bolso você pode entrar em qualquer loja e comprar o que quiser; quem a domina pode utilizá-la adequadamente quando e onde for necessário.

A pesquisa também revelou que a formação técnica é indispensável para a inserção de profissionais no mundo do trabalho, ten-

³ Quando nos referimos à leitura estamos falando em ler e compreender o que está escrito no texto e não apenas em decifrar códigos da escrita.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

do em vista as especificidades de cada área. Entretanto, somente os conhecimentos técnicos não são suficientes, pois, o futuro profissional deve saber informática, matemática básica, língua estrangeira, redação oficial, como ata, memorando. Por isso, conforme Pacheco (2007, p. 69) “os trabalhadores necessitam de uma formação mais ampla, com maiores e melhores conhecimentos, com alta capacidade de raciocínio, comunicação e com habilidades para solucionar problemas.” Suprindo, assim, as necessidades do mercado contemporâneo qual valoriza as qualidades pessoais do trabalhador.

Quanto aos conhecimentos de língua materna, adquiridos pelos alunos da EJA, durante a educação básica, constatou-se que são insuficientes para eles disputarem uma vaga no mercado de trabalho, em condições de igualdade com os demais educandos do Ensino Regular. O que é preocupante, porque se a função da Educação de Jovens e Adultos é proporcionar inclusão social para as pessoas que ficaram à margem da sociedade, através da formação educacional, fica visível que os estudantes da referida modalidade possuem, apenas, a certificação.

Falta-lhes, portanto, a educação de qualidade, maiores investimentos, para que os educandos egressos da EJA possam, realmente, possuir conhecimentos não somente em língua materna, mas em todas as áreas. O que dará a eles condições igualitárias de inserção no mercado de trabalho. Sendo assim, terão seus direitos respeitados: educação de qualidade, preparação ao exercício de cidadania, como também para o trabalho, como afiança a Constituição Federal de 1988.

Os dados analisados podem ser sintetizados nos três gráficos que se seguem, para uma visão mais ampla dos resultados alcançados, junto aos professores e alunos, quanto à importância do bom domínio da Língua Portuguesa para aquisição de uma vaga no mercado de trabalho.

Gráficos

Gráfico 1 – Pesquisa com professores



Chave de leitura:

FT = FORMAÇÃO TÉCNICA

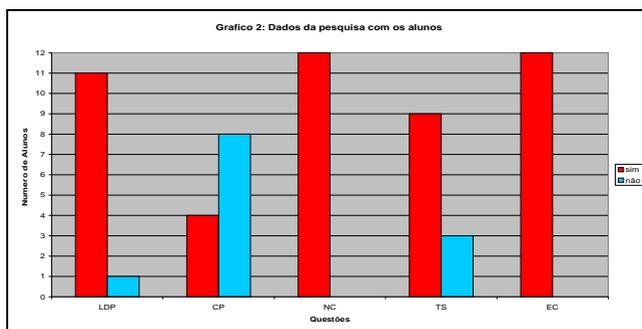
DP = DISCIPLINA PRIORITÁRIA

LM = CONHECIMENTO ADQUIRIDO PARA A INSERÇÃO NO MERCADO

DC = DOMÍNIO DA NORMA CULTA

VP = VARIANTE DE PRETÍGIO

Gráfico 2 – Pesquisa com alunos



Chave de leitura:

LDP=LÍNGUA PORTUGUESA COMO DISCIPLINA PRIORITÁRIA

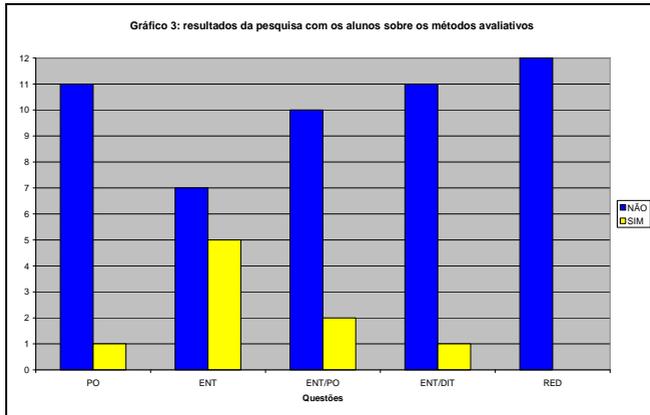
CP=CONTEÚDOS APRENDIDOS NO ENSINO MÉDIO

NC= DOMÍNIO DA NORMA CULTA

TS= TESTE SELETIVO

EC=EMPREGO CORRETO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Gráfico 3 - Resultados dos métodos avaliativos



Chave de leitura:

PO=PROVA OBJETIVA

ENT=ENTREVISTA

ENT/PO=ENTREVISTA E PROVA OBJETIVA

ENT/DIT=ENTREVISTA E DITADO DE PALAVRAS

RED=REDAÇÃO

CONCLUSÃO

Ao final do artigo, chega-se à conclusão que para viver e trabalhar numa sociedade altamente urbanizada e tecnológica, como esta do século XXI, é fundamental um domínio cada vez maior da leitura e da escrita em língua materna. As crianças, adolescentes e jovens, terão que saber comunicar-se usando palavras, números e imagens. Saber ler e escrever não é simples problema de alfabetização, é uma urgente questão de sobrevivência em trabalho.

A capacidade de compreender e atuar no entorno social requer leitura, tanto para saber explicar acontecimentos do ambiente, bem como para compreender pessoas nele inseridas. Pois atuar como cidadão é ser capaz de buscar respostas, de solucionar problemas, de operar, alterar e modificar o mundo. Significa ser sujeito da história, uma história perene de linguagens, onde vence, com êxito, aquele

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que possui maior domínio, amplo conhecimento dos diversos usos e possibilidade que a língua coloca à disposição de seus usuários.

Então, o que se enfatiza, neste trabalho, é a importância de se conhecer a língua materna e suas variedades, enfocando a variante padrão como aquela de maior prestígio na sociedade, sem discriminar as demais formas de linguagem. Verifica-se, portanto, que a maior cobrança para a inserção de um profissional, no mercado de trabalho, na sociedade contemporânea brasileira – feita em vestibulares e concursos – é o domínio da norma culta da língua portuguesa.

Nesse sentido, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006, p. 6) enfatizam: “sendo a leitura e a escrita bens relevantes e simbólicos, o não acesso a graus elevados de letramento é particularmente danoso para a conquista de uma cidadania plena”. Logo, deixar de ensiná-las é contribuir para a exclusão social dos educandos. Assim, o trabalho realizado com a língua portuguesa não deve ser realizado visando, apenas, à aquisição de bens materiais. Antes, deve o idioma ser olhado como um elemento capaz de integrar as pessoas dentro de um corpo social, tornado-as cidadãs de suas vidas e destino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE, Secretaria de Estado de Educação: Coordenação de Educação de Jovens e Adultos. *A política e a organização da educação de jovens e adultos no Acre*. Rio Branco, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad.: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica: *Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*, v.1. Brasília, 2006.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: USP, 1979.

———. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: USP, 1982.

FARACO, Carlos Alberto et al. (Org.). *Diálogos com Bakhtin*. Curi-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

tiba: UFPR, 2001.

FEENBERG, Andrew. *Teoria crítica da tecnologia: nota autobiográfica*. Texto original “Critical theory of technology”. Trad.: Equipe de Tradutores do Colóquio Internacional “Teoria Crítica e Educação”. São Paulo: UNIMEP, UFSCar, UNESP. 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

———. *Extensão ou comunicação?* 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

———. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: UNESP, 2000.

PACHECO, Dalmir. *Trabalho, educação e tecnologia*. Manaus: CEFET-AM/BK, 2007. Presença/ EDUSP, 1979.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. *A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação lingüísticas*. Trad.: Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo:1985.

SENA, Odenildo. *Palavra, poder e ensino da língua*. 2ª ed. Manaus: Valer, 2001.

VICENTINI, J. Willian. *Sociedade e espaço: geografia geral e do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Ática, 1997.